

Ata da 11ª reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, ocorrida no dia 11/09/2003, na Sala de Reunião do 3º andar do Ministério da Ciência e Tecnologia

O Dr. Jorge Almeida Guimarães, Secretário de Políticas Estratégicas e de Desenvolvimento Científico, presidiu a reunião, a pedido do Ministro Roberto Amaral que não pode comparecer. O Dr. Jorge salientou o caráter técnico da reunião com o objetivo de consolidar o texto da Resolução nº 1 da Comissão.

1. Deliberação sobre a regulamentação relativa ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

O Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, Secretário Executivo da Comissão, apresentou os documentos disponibilizados, incluindo a nova minuta de Resolução, resultado de reunião de trabalho com a participação de cinco ministérios. Apresentou as principais modificações realizadas, a saber:

- uma nova parte preambular;
- modificação do artigo 4º, incluindo menção à capacidade da entidade operacional cumprir os requerimentos da lei brasileira;
- supressão do antigo artigo 8º sobre o direito de recurso, dado que já existe legislação sobre o assunto;
- modificação do artigo sobre confidencialidade, garantindo apenas aquela protegida por lei;
- inclusão do Anexo III com os pontos a serem descritos pelo proponente do projeto no Documento de Concepção de Projeto sob a ótica do desenvolvimento sustentável.

Perguntado pela necessidade do Anexo III, o Dr. Miguez lembrou que no documento de projeto deve constar a explicação de como o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável. A representante do Ministério do Meio Ambiente reforçou essa interpretação e que o Anexo III era importante para descrever os aspectos a serem privilegiados.

O representante do Ministério dos Transportes sugeriu que o preâmbulo mencionasse o trabalho feminino além do trabalho infantil. O Dr. Miguez observou que a idéia foi não citar explicitamente todas as questões e que a legislação brasileira era citada tanto no preâmbulo como no Artigo 3º inciso V e no Artigo 4º inciso II.

Na discussão do Artigo 4º, o Dr. Miguez sugeriu que a expressão “tenha domicílio no país” fosse substituída por “esteja plenamente estabelecida em território nacional”, pois domicílio só se aplicaria a pessoa física. Foi sugerida consulta à Consultoria Jurídica do MCT sobre a questão.

Foi questionada a necessidade de manter o inciso V do Artigo 3º, tendo em vista a existência do Anexo III. Houve ampla discussão sobre essa questão prevalecendo a opinião que o inciso deveria ser mantido dado que o Anexo III não cobre toda a legislação. Discutiu-se também a necessidade de mencionar a legislação trabalhista, além da ambiental e a conveniência de mencionar outras legislações. Concluiu-se que deveria ser mantida a ênfase à legislação ambiental e à legislação trabalhista, e que a expressão “quando for o caso” permitia a omissão desses documentos quando julgados não relevantes para o projeto.

O Dr. Johaness Eck, representante da Casa Civil da Presidência da República, questionou a redação do Art. 6º que condicionaria a tramitação à entrada em vigor do Protocolo de Quioto. O Dr. Miguez explicou que a tramitação e aprovação do projeto pela Comissão estaria

condicionada à entrada em vigor do protocolo. O Ministro Everton Vieira Vargas, representante do Ministério das Relações Exteriores, sugeriu a substituição da expressão “entrada em vigor” por “promulgação”. O Dr. Jorge sugeriu que fosse feita uma tentativa de melhorar a redação do Artigo 6º, sendo acordada a consulta à Consultoria Jurídica do MCT sobre o Artigo 6º e também para consolidação da redação final da Resolução.

O Dr. Jorge Guimarães observou que a Resolução nº 1 tem como objetivo apresentar um marco regulatório mínimo, atendendo assim a expectativa dos potenciais proponentes de projetos. Salientou o enorme progresso a partir das sugestões apresentadas pelos membros da Comissão. Manifestou a enorme satisfação pela consolidação seu texto final, também em nome do Ministro Roberto Amaral e do Presidente Lula.

O Ministro Everton associou-se a essa manifestação, lembrando a importância de dar ampla divulgação a esse marco importante, inclusive com possível solenidade no âmbito da Presidência da República para sinalizar, tanto para a sociedade brasileira quanto para a comunidade internacional, a importância do tema para o governo brasileiro.

Os demais membros da Comissão endossaram a importância da Resolução e de sua plena divulgação.

Sendo necessário que o Dr. Jorge Guimarães se ausentasse, o Dr. Miguez assumiu a condução da reunião.

O representante da Casa Civil observou a necessidade de estabelecer procedimentos e prazos para cumprimento de possíveis exigências solicitadas pela Comissão. O Dr. Miguez observou que essa e outras questões relativas aos procedimentos de tramitação dos projetos na Comissão deveriam ser objeto de uma segunda resolução, incluindo também normas para publicação das decisões e pedidos de pareceres sobre os projetos.

2. Aprovação da Ata da 10ª Reunião.

O representante do Ministério do Meio Ambiente sugeriu alteração no texto distribuído, com a correção de uma frase. Mencionou também que estava disponibilizando o documento solicitado na reunião anterior. A ata foi então aprovada com a modificação sugerida.

3. Outros Assuntos

Não existindo outros assuntos a tratar o Dr. Miguez encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.